



New Deal e descrença no capitalismo nos Estados Unidos: O projeto reformista de Thurman Arnold (1935-1937)

Lucas Maia Felipe Bacas¹

INTRODUÇÃO.

A seguinte comunicação busca apresentar brevemente a trajetória e o pensamento político exposto nas duas principais obras de Thurman Arnold, intelectual e formulador de políticas públicas durante o *New Deal* do presidente Franklin Delano Roosevelt (1933-1945). Arnold, um advogado de formação, assumiu o comando da Divisão Antitruste do Departamento de Justiça durante o governo de Roosevelt, onde foi responsável por executar mudanças na legislação antitruste. A maneira como ele enxergava as questões econômicas da época estava de acordo com os chamados *New Dealers*, grupo com o qual dialogava e que mais tarde faria parte. Eram caracterizados por um forte argumento em favor de um “Estado regulador” que exercesse autoridade sobre as grandes instituições capitalistas da época.”² Arnold se notabilizou pela forma como analisava política e economia através da religião e da psicologia. Ele defendia uma nova “fé” como “remédio” necessário para o sucesso do empreendimento de Roosevelt e para a saída da depressão econômica.

Se tratando de uma rápida introdução à pesquisa que está sendo desenvolvida no programa de Mestrado em História Social na Universidade de São Paulo, torna-se importante expor ao leitor os objetivos do trabalho. O principal deles é investigar o projeto político de Arnold, mas também devemos compreender com quem ele estava

¹ Aluno de Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob orientação da Professora Mary Anne Junqueira.

² FRASER, Steve; GERSTLE, Gary. (org.) *The Rise and fall of the New Deal order, (1930-1980)*. Princeton: Princeton University Press, 1989. p.87-88.



dialogando em suas obras e de que forma ele diagnosticava os problemas da época e as possíveis resoluções (para a Depressão). A sua trajetória é importante para compreendermos em que discussões intelectuais ele estava inserido e como ele chegou à defesa de suas ideias. Tal empreendimento está ligado às discussões propostas por Jean-François Sirinelli, onde a análise das trajetórias políticas e sociais desses sujeitos nos ajuda a perceber as “redes de sociabilidade” a que pertenceram.³

Além disso, o trabalho se insere no âmbito da História Política Renovada, de forma a se permitir “incorporar todos os elementos que produzem este objeto completo que é a cultura política”, não somente grandes textos teóricos, mas obras literárias, documentos de imprensa, opinião pública, etc.⁴

TRAJETÓRIA DE THURMAN ARNOLD.

Thurman Arnold nasceu no dia 2 de junho de 1891 na cidade de Laramie, Wyoming. Filho de um advogado e de uma ex-professora, responsável pela sua educação inicial. Laramie era uma pequena cidade do Meio-Oeste norte-americano que contava com a presença da Universidade do Wyoming, gerando a aproximação das primeiras famílias através de bibliotecas e discussões literárias. Os Arnolds, por exemplo, constituíam uma família tradicional da região, frequentavam esferas intelectualizadas locais, eram de religião protestante e possuíam laços ativos com o Partido Democrata.⁵

Arnold teve uma formação pessoal inicialmente marcada pelos hábitos e costumes locais de sua infância no Oeste e um contato posterior com o mundo

³ SIRINELLI, Jean-François. *Os intelectuais*. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 2003.

⁴ ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história filosófica do político*. In: *Por uma História do Político*. São Paulo: Alameda, 2010.

⁵ AYER, Douglas. *In Quest of Efficiency: The Ideological Journey of Thurman Arnold in the Interwar Period*. Stanford: Stanford Law Review Vol. 23, No. 6, 1971, p.1052-1053.



cosmopolita e intelectualizado do Leste através da sua passagem por Universidades como Princeton e Harvard. Inclusive nessa última instituição foi onde se formou em direito.⁶ Após a sua graduação, Arnold tentou exercer a profissão de advogado em Chicago onde pouco tempo ficou em decorrência da sua participação na 1ª Guerra Mundial e retornando do conflito, foi trabalhar na firma de advocacia do pai em Laramie onde começou a se interessar pela política local. No início dos anos 1920 foi eleito o único deputado do partido Democrata do Wyoming e posteriormente foi prefeito da cidade.⁷

Sua participação na vida pública foi fortemente pautada pela influência do progressivismo; ele compartilhava “típicas características” com parte dos progressistas mais conservadores: “uma origem de classe-média alta, infância em uma cidade pequena, educação superior, faculdade de direito, advocacia em cidade grande, carreira política centrada na questão do ‘bom governo’ e a sensibilidade ao sofrimento da classe trabalhadora”.⁸

Entre as pautas do movimento progressista, a busca da transformação da sociedade pela moralidade estava entre as mais importantes. Portanto, em seu período como prefeito, Arnold impôs severas penas às pessoas que liberassem suas propriedades para o uso de atividades como prostituição, jogos ilegais ou armazenamento e produção de bebidas alcoólicas.⁹

Não conseguindo a reeleição para a prefeitura, decidiu se afastar da política e foi para o ensino do direito e da produção acadêmica. Inicialmente, foi para West Virginia

⁶ ARNOLD, Thurman. *Fair Fights and Foul. A Dissenting Lawyer's Life*. New York: Harcourt, Brace & World, 1965, p.3-20.

⁷ BRINKLEY, Alan. *The Antimonopoly Ideal and the Liberal State: The Case of Thurman Arnold*. The Journal of American History, Vol 80, No 2, 1993, p.559.

⁸ AYER, Douglas. *In Quest of Efficiency: The Ideological Journey of Thurman Arnold in the Interwar Period*. Stanford: Stanford Law Review Vol. 23, No. 6, 1971, p.1051.

⁹ Idem. p. 1053-1055



em 1927, onde passou a defender uma reformulação dos procedimentos da lei norte-americana de forma que tornassem as cortes mais eficientes. Suas ideias o colocaram em contato com o reitor Charles Clark da faculdade de direito de Yale, homem com semelhantes convicções. Ele acabou por convidar Arnold em 1930 para lecionar em Yale, onde ele permaneceu até 1938, ano em que foi chamado para participar diretamente no governo Roosevelt.¹⁰

Em seu período em Yale, ele entrou em contato com os “realistas legais”, grupo de homens do direito que questionava conceitos tradicionais da lei comum: como o uso de regras “universalistas” e “atemporais” nos processos legais. Eles pensavam ser capazes de transformar o sistema legal em um “instrumento” de mudança política e social em uma sociedade conservadora.¹¹ Além disso, estavam imersos nos debates da década de 1930 sobre a atuação do Estado em diversos pontos na vida das pessoas, não somente nas cortes. A questão dos trabalhadores e a eficiência da economia do país também estavam em debate em outros meios intelectuais liberais, como no grupo dos “atomistas”, que defendiam a “pulverização” de instituições privadas e públicas evitando que essas retivessem grande influência e poder na sociedade e os pluralistas industriais que advogavam em torno do Estado como meio de garantir as negociações coletivas entre trabalhadores e patronato. O contato de Arnold com os realistas legais foi determinante para a produção de duas de suas principais obras, *Symbols of Government* e *The Folklore of Capitalism*.¹²

Symbols e Folklore.

¹⁰ ERNST, Daniel R. *Common Laborers? Industrial Pluralists, Legal Realists, and the Law of Industrial Disputes, 1915-1943*. Notre Dame: Law and History Review Vol.11, No.1, 1993, p. 91.

¹¹ BRINKLEY, Alan. *The Antimonopoly Ideal and the Liberal State: The Case of Thurman Arnold*. The Journal of American History, Vol 80, No 2, 1993, p.560.

¹² Obras serão daqui em diante chamadas de *Symbols* e *Folklore*.



Ao escrever *Symbols*, Arnold buscava explicar a rejeição do *New Deal* através do argumento de que a sociedade estava constantemente influenciada por símbolos e instituições que condicionavam determinadas projeções ideológicas dos norte-americanos.¹³

Ele acreditava que as ciências sociais na década de 1930 estavam “estagnadas” e eram incapazes de superar a barreira de “experimentos passados” considerados malsucedidos, entre eles a introdução de políticas de benefício social. Para Arnold o problema estava na percepção dos norte-americanos sobre o governo. Em sua análise, argumentos técnico-científicos seriam incapazes de provar para a população a necessidade de medidas emergenciais para a contenção da depressão econômica que o país vivia desde 1929.

Ele argumentava que iniciativas governamentais, como a *Tennessee Valley Authority* (TVA), onde o governo de Roosevelt construiu represas capazes de gerar energia elétrica e controle fluvial, além de trazer desenvolvimento em regiões atrasadas e sem eletricidade, eram extremamente contestadas.¹⁴ Arnold identificava na recusa dos fazendeiros locais em serem “modernizados”, a maneira como o norte-americano “comum” enxergava o Estado: um intruso na sua vida individual.¹⁵

Ele diagnosticava da seguinte forma a postura do norte-americano comum sobre o papel do governo na economia:

“Ética geral e ideais humanitários com os quais as pessoas podem concordar, mas que acabam sendo politicamente impossíveis por causa do conflito em que a operação desses ideais possui em interesses instituídos e símbolos aceitos são normalmente chamados de *socialismo*. E é normalmente o negócio da economia provar que esses ideais podem ser contrapostos com o bem geral, mesmo quando eles são politicamente viáveis, porque os

¹³ ARNOLD, Thurman. *The Symbols of Government*. New Haven: Yale University Press, 1935. Preface.

¹⁴ KATZNELSON, Ira. *Fear itself: the New Deal and the origins of our time*. Nova York: Liveright Publishing, 2013. p.253.

¹⁵ P.16-17.



obstáculos políticos não são coisas temporárias, mas fundamentais na organização humana.”¹⁶

Esse trecho justificaria o rótulo de “insensatas” que as grandes organizações privadas teriam estabelecido para as políticas sociais defendidas pelo *New Deal*, entre elas empreendimentos emergenciais como o *Civilian Conservation Corps* (CCC) que resgatava jovens desempregados e os colocava para trabalhar em parques nacionais e florestais, o *Federal Emergency Relief Administration* (FERA) que oferecia assistência financeira às agências de auxílio de nível local e o *Civil Works Administration* que gerava empregos para a população, vistos como intrusão do governo em forma de gastos públicos.¹⁷

Para justificar seus argumentos, Arnold analisou as teorias e símbolos empregados no contexto da Depressão, período de turbulência econômica e social que deveria ser visto através de uma ótica diferente daquela utilizada em períodos mais calmos:

“Em 1933, fomos confrontados com uma situação em que o feudalismo industrial foi incapaz de tomar responsabilidade por 10 milhões de desempregados, quando deveria produzir em capacidade máxima e quando seus bens estavam empilhados sem saída para distribuição. No mais importante dos aspectos, ele falhou em funcionar como uma força governante e um governo baseado na tradição da inanição e da não interferência forçado a preencher o vazio. A perda desse poder foi o resultado de uma denuncia e não de uma revolta. Instituições se adaptaram para conter velhos problemas e foram confrontadas com novos, os quais para sua organização e formas de pensar eram completamente inadequados. Elas foram, portanto, incapazes de exercer controle e se retiraram em terror desorganizado.”¹⁸

Um dos pontos mais interessantes do pensamento da época segundo o autor é a projeção da palavra “burocracia” como carregada de conotações negativas:

“A atitude definida pelo termo “burocracia” está tão profundamente sedimentada que destrói a confiança de funcionários na sua habilidade de partir para a ação prática, salvo se eles são capazes de escapar para outra atmosfera. Se eles se considerassem uma corporação, um partido político, ou

¹⁶ Idem. p. 72-76.

¹⁷ BRINKLEY, Alan. *Liberalism and its discontents*. Cambridge: Harvard University Press, 2000, p.21.

¹⁸ ARNOLD, Thurman. *The Symbols of Government*. New Haven: Yale University Press, 1935. p.106.



qualquer símbolo familiar que permita liberdade de ação, as suas dificuldades desaparecem.”¹⁹

A definição atribuída no termo “burocracia” estava diretamente relacionada às instituições governamentais. O fato de o *New Deal* se debruçar sobre diversas agências, como a AAA (*Agricultural Adjustment Act*) e o NIRA (*National Industrial Relations Act*) com designações específicas e cada uma delas com acrônimos que fazem lembrar uma “sopa de letras” influenciavam as pessoas a se colocarem contra a “expansão” de algo percebido como negativo.²⁰ Essa ideia é ilustrada na recusa de um reitor do *Williams College* aos subsídios cedidos pela FERA, alegando que preferia se adaptar às dificuldades econômicas da época a compactuar com uma “perigosa expansão da autoridade Federal”. Arnold detectava isso como uma forte oposição à “roupagem” da agência que vem de uma “das medonhas subdivisões alfabéticas do *New Deal* e que supostamente nos levariam para a burocracia.”²¹

Diante desses diagnósticos, na sua seguinte obra, *The Folklore of Capitalism*, ele se posiciona em favor de um novo “folclore” para o povo norte-americano, que legitimasse as ações do governo e salvasse o capitalismo de seus inimigos, que ele chamava de “demagogos”, representados por setores ligados à opinião pública como jornalistas, economistas e empresários, além dos regimes autoritários europeus. O livro defende também a mobilização de uma “tecnocracia” que desse maior espaço a advogados e economistas liberais, que assumiriam o papel de “pastores” capazes de guiar o povo norte-americano contra os adversários do *New Deal*.²²

¹⁹ Idem. p.226.

²⁰ LIMONCIC, Flávio. *Os inventores do New Deal: Estado e sindicatos no combate à Grande Depressão*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p.21-22.

²¹ ARNOLD, Thurman. *The Symbols of Government*. New Haven: Yale University Press, 1935. p.221.

²² ARNOLD, Thurman. *The Folklore of Capitalism*. New Haven: Yale University Press, 1937, p.5.



Arnold avalia as “crenças” e “ideais psicológicos” dos norte-americanos como incoerentes, principalmente na questão da liberdade individual aplicada à grandes corporações, consideradas “indivíduos livres”. Ele argumenta que “os homens acreditam que sua própria liberdade e dignidade individual estão entrelaçadas à liberdade das grandes organizações industriais (...) o ideal que prevalece é o da liberdade e dignidade individual atrelada à acumulação de riquezas”. Uma visão, segundo ele, propagada pelos “demagogos”.²³

A repercussão da greve de ocupação em uma fábrica da General Motors em Flint, Michigan, serviu de exemplo dessas “crenças”: paralisação ocorrida do fim de 1936 até 11 de fevereiro de 1937, onde o UMW (*United Automobile Workers*), sindicato filiado ao CIO (*Congress of Industrial Organizations*) conseguiu garantias aos trabalhadores de representação exclusiva na negociação de contratos de salários, representando um grande ganho para a organização dos trabalhadores não especializados em um poderoso setor industrial.²⁴ A greve e sua resolução teriam causado temores sociais ligados à ideia de que os grevistas haviam “invadido” a propriedade privada de um indivíduo, a GM, portanto, o sucesso da paralisação e a forma não violenta como ela foi resolvida representaram um caos na mentalidade da época; “A greve de ocupação, ainda que muito mais organizada que as greves de depressões passadas, na verdade trouxe a impressão de uma desordem e anarquia maior porque ela poderia ser dramatizada como a tomada da propriedade de um indivíduo.”²⁵

Contudo, apesar de focar em diversos trechos na maneira como os norte-americanos enxergam as suas instituições e como o “folclore” da época atacava as tentativas de mudança, Arnold deixou em sua obra uma clara mensagem para os demais

²³ Idem, p. 185.

²⁴ LIMONCIC, Flávio. *Os inventores do New Deal: Estado e sindicatos no combate à Grande Depressão*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 206.

²⁵ *Folklore* p.191.



intelectuais do seu tempo ao mencionar que as pessoas em geral “não podem visualizar o mundo sem algum tipo de religião, sem uma crença. Eles não se sentem confortáveis com seu governo sem um conjunto de ideais que não podem ser fornecidos somente por observação científica”. Dessa maneira ele insistia na figura de um “folclore” favorável aos órgãos regulatórios ao mesmo tempo em que argumentava com os intelectuais de seu tempo (seu provável público leitor), sobre a maneira como defender essa nova visão política, através do diálogo com o homem comum que tanto se atrelava ao seu “folclore”.²⁶

²⁶ Idem. p. 391.